

A precariedade e os conflitos da pesca artesanal no Brasil: uma leitura a partir do município de Lucena/PB

Resultado de investigação finalizada

GT 07- Desenvolvimento territorial e local: desigualdades e descentralização

Suana Medeiros Silva

RESUMO

No município de Lucena a pesca artesanal é uma das atividades econômicas mais exercidas, onde 22% dos trabalhadores são pescadores. Na produção nacional, de acordo com a média dos últimos 10 anos, a pesca artesanal é responsável por 65% da produção total de pescado, sendo a principal renda de 957 mil pescadores e suas famílias (MPA, 2012). Porém, o setor pesqueiro artesanal encontra-se em situação de precariedade no país, com a crescente baixa na produção e com conflitos que envolvem o poder público e as entidades representativas. Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado em Geografia e tem dois objetivos: analisar a situação de produção da pesca artesanal e os referidos conflitos no município de Lucena/PB.

Palavras-chave: Pesca artesanal, produção, conflitos.

1. Pesca artesanal no Brasil

A pesca artesanal é a atividade pesqueira onde geralmente os pescadores são detentores dos seus meios de produção, que são produzidos e/ou consertados por eles. Também possuem certa autonomia sobre seu tempo de trabalho, pois não sendo trabalhadores assalariados, não seguem a dinâmica trabalhista do capital. Trabalham geralmente em conformidade com as dinâmicas da natureza, que influenciam diretamente a atividade. Possuindo seus meios de produção, o pescador artesanal também tem acesso e autonomia sobre o produto do seu trabalho, tendo as opções de comercializá-lo ou de repassá-lo ao atravessador¹. Dessa forma, a atividade se diferencia de outras atividades econômicas que seguem a lógica da economia capitalista, nas quais o trabalhador é detentor somente de sua força de trabalho, tendo seu trabalho e o produto dele alienados (Marx, 2004).

No Brasil, segundo dados do boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura de 2010, a produção de pescado para o referido ano foi de 1.264.765 t, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. Nessa produção nacional, de acordo com a média dos últimos 10 anos, a pesca artesanal é responsável por 65% da produção total de pescado, sendo a principal renda de 957 mil pescadores e suas famílias (MPA, 2012).

A relação do Estado Brasileiro com a pesca artesanal é bastante conflituosa, contendo no seu histórico várias ações que se traduzem tanto em controle, quanto em marginalização e manutenção da precariedade da atividade. A primeira ação referente a esta postura que temos conhecimento, é a implantação das colônias de pescadores – que salvo contradições tem o papel de representação sindical – no início do século XX por meio da Marinha de Guerra do Brasil é o primeiro marco de dominação. O objetivo era controlar a produção e utilizar o conhecimento dos pescadores para defesa da costa brasileira (CARDOSO, 2001).

¹ *Atravessador* ou *pombeiro* são termos utilizados para os (as) comerciantes do produto da pesca. Alguns pescadores, dependendo a quais grupos/lugar pertençam, diferenciam os dois termos, chamando de *atravessador* o comerciante e de *pombeiro* o dono de rede, que também é pescador e em alguns casos, atravessador.

Não obstante, a partir da década de 1960 sob o regime militar e seu modelo de desenvolvimento – direcionado tanto para o setor agrícola quanto o pesqueiro – foi implantada uma política de modernização da pesca. Tal política contava com incentivos fiscais para a compra de embarcações, equipamentos e espaços de beneficiamento. Nesse período o órgão Federal responsável pelo setor era a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Essa modernização causou, segundo Cardoso (2001), além da destruição acelerada dos recursos naturais, concentração de riqueza e expropriação de pequenos produtores.

Após o período do regime militar e a extinção da SUDEPE em 1989, até a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP em 2003, a pesca artesanal continua à margem do setor. O que parece mudar quando, por meio do Projeto Político Estrutural o Estado afirma ter resgatado “a dívida do País com a pesca brasileira, que durante os últimos anos esteve relegada aos escalões inferiores da política e da economia” (SEAP, 2003). Apenas discurso. Depois desse projeto, também foi criada a Lei da Pesca (2009) e no mesmo ano o projeto Sistema Nacional de Gestão Compartilhada da Pesca. Ambos apontam – cada um com suas especificidades e também contradições – amenizar problemas do setor pesqueiro artesanal no tocante a condições de trabalho e melhorias para a vida dos trabalhadores. Porém, em nenhum aspecto do setor pode ser encontrada alguma mudança referente a essas políticas.

2. Caracterização do município de Lucena

Lucena é um município pertencente ao estado da Paraíba e possui uma área de 88,9 km², limitando-se ao norte com o município Rio Tinto, ao sul com o estuário do rio Paraíba do Norte (ou rio Paraíba), a oeste com o município Santa Rita e a leste com o oceano atlântico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012). O rio Paraíba e o seu estuário, que limita a porção sul do município, tem grande influência nas águas marítimas e na vegetação de Lucena e; conseqüentemente nas atividades extrativistas e de cultivo do local.

Segundo o censo IBGE (2010), o município possui uma população de 11.730 habitantes, com 10.152 na área urbana, sendo 5.427 na sede municipal urbana. Sua densidade demográfica relativamente baixa, de 131,88 hab/km², se comparada a outros municípios do estado e da mesma microrregião de João Pessoa, a exemplo de Cabedelo. De acordo com Fernandes (et al., 2011, p.221) o IDH do município é de 0,604; a taxa de pobreza é de 54,30% e o índice de analfabetismo chega a 32%.

A pesca artesanal é atividade significativa na origem de Lucena e no seu processo de formação, quando da sua evolução de vila à cidade. Não obstante, atualmente a atividade se apresenta ainda muito relevante na realidade socioeconômica da população, sendo a atividade econômica mais exercida no lugar. Fernandes (et al., 2011, p.224), constataram que dos residentes do município que responderam seu questionário, 18% são funcionários públicos; 13% comerciantes e 22% pescadores. Outras atividades a exemplo da agricultura, serviço de motorista e pedreiro são exercidas por 16%. Os desempregados somaram 31%.

Vale ressaltar – como também chama a atenção o referido autor – que tanto os desempregados, quanto os comerciantes exercem a atividade da pesca em determinados períodos do ano, nos quais a produção é considerada melhor. Outro caso são os comerciantes que já foram pescadores e que agora se dedicam ao comércio da pesca, exercendo a função de atravessador.

Considerando essa realidade, podemos afirmar que o percentual da população de Lucena que vive direta e indiretamente da pesca artesanal, ultrapassa o percentual de 22% dos residentes (constatado em Fernandes et al., 2011, p.224). Além do que foi exposto acima, outro fator determinante para inferirmos que esse percentual é maior que 22% é o fato da pesca artesanal estar inserida, na legislação, como um regime de economia familiar². Assim, os direitos trabalhistas concedidos ao

² Entende-se como regime de *economia familiar* a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua

pescador artesanal são concedidos também à sua esposa e filhos que participam direta ou indiretamente da produção, seja na pescaria, no beneficiamento ou em outras atividades relacionadas à pesca que podem ser fora do mar, como o conserto de redes ou a assistência ao pescador na preparação da pescaria. Assim, o número de pessoas que tem a pesca artesanal como fonte de renda principal ou secundária aumenta consideravelmente.

3. Produção da pesca artesanal em Lucena

Durante nossa pesquisa foram entrevistados/as 63 pescadores e pescadoras. Na configuração dos tipos de pesca artesanal praticados em Lucena, percebe-se que a pesca marítima é a que se destaca, sendo praticada por 98% dos pescadores, dos quais 12% também praticam a pesca no mangue ou no estuário. Apenas 2% praticam a pesca exclusivamente no mangue, somando ao todo 14%.

Em relação ao produto da pesca, observa-se que 84% têm como produtos o camarão e o peixe do mar de dentro. Essa exatidão no percentual se deve ao fato de que as redes utilizadas para o camarão são as mesmas que pescam esses peixes. Além do camarão e do peixe do mar de dentro, 11% praticam a pesca no mar de fora e a mesma quantidade pode ser observada para a lagosta. Essa combinação no percentual também se deve ao fato dos dois produtos serem capturados em condições semelhantes, a exemplo da utilização de embarcações maiores e motorizadas. A quantidade dos que pescam ostra e caranguejo é de 14%, que corresponde ao percentual dos que pescam no mangue. O marisco e o sururu são capturados por 22% dos pescadores que também praticam a pesca estuarina e/ou no mangue. Apesar de uma das características da pesca artesanal ser a detenção dos meios de produção pelo trabalhador, nem todos os pescadores entrevistados são proprietários dos equipamentos de pesca que utilizam. Isso é consequência do fácil desgaste dos mesmos e do baixo poder de aquisição de novos.

Quando executada com uma rede da qual o pescador não é o proprietário, sua porcentagem de ganho é menor. Essa porcentagem é denominada quinhão, que corresponde à parte do produto/lucro que cabe a cada pescador. O dono da rede tem por direito 40% do quinhão, que diz respeito ao seu lucro, ao investimento na rede e embarcação, e à manutenção dos mesmos. Os outros 60% serão divididos entre os demais. Em uma pescaria com rede de arrasto, por exemplo, se o pescador tiver em sua equipe seis pescadores, cada um deles receberá 10% do lucro. Se no momento da pescaria, o grupo for composto de cinco pescadores mais o dono da rede, este terá direito a 50% do quinhão, por ter executado o trabalho também.

Pese a possibilidade de autonomia e liberdade que a pesca artesanal confere aos trabalhadores envolvidos nela, donos do seu tempo, das duas decisões e saberes, donos dos meios de trabalho, a pesca artesanal do município de Lucena na atualidade se acha em decadência, conforme alegaram a maioria dos pescadores entrevistados durante nossos trabalhos de campo. Quando questionados sobre a produção pesqueira local, a afirmação da crescente diminuição foi unânime entre eles. Dessa forma, também questionamos se a renda atual gerada pela atividade é suficiente para suprir as necessidades básicas de suas famílias. Dentre os/as entrevistados/as, 30% dos proprietários de equipamentos afirmaram que a pesca não supre as necessidades da família e 10% afirmaram que sim; 30% entre proprietários e não proprietários responderam que a produção varia por época, ou seja, em alguma época do ano a situação é melhor - contudo, não chega a suprir tudo, só a alimentação; 18% afirmaram que supre o básico; 13% dos que não são proprietários responderam que o produto da pesca não é suficiente para atender as necessidades básicas da família e nenhum dos pescadores não proprietários afirmou que consegue tirar da pesca o necessário para a família.

Quando questionados sobre as causas que poderiam estar relacionadas com a diminuição da produção, 21% dos entrevistados responderam que o motivo é a pesca de fiação por não haver o seguro do defeso³; 12% relataram que é a pesca de fiação por conta do tamanho inadequado da malha da rede; 14% disseram que é porque há mais pescadores em Lucena que antes (sobrepesca); 10% acreditam que é pela “mudança dos tempos” e do clima, referindo-se geralmente a uma vontade superior, fazendo alusão direta ou indireta a Deus; 9% admitiram como resposta a dragagem do porto de Cabedelo; 9% consideraram a poluição e 31% não souberam dizer por quê.

Os motivos mais citados e que inclusive estão relacionados é a ausência do seguro do defeso e a pesca da fiação. Não havendo o defeso, os pescadores pescam o ano inteiro para gerar renda, mesmo sabendo que assim as espécies não se reproduzem nem se desenvolvem naturalmente. Entendendo a relevância disso, buscamos entender junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o motivo de não haver o defeso na região de Lucena para nenhuma espécie fora a lagosta. Em todo o estado da Paraíba não há defeso para nenhuma espécie capturada pela pesca artesanal. Isso também ocorre em outros estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Segundo o agente ambiental Jaime Pereira, tem como primeiro critério para avaliar se uma determinada área é passiva ou não de defeso para as espécies capturadas no local, a medida do raio em que a pesca de determinada espécie é executada. Com esse dado, o agente afirma que é possível saber a quantidade média da produção da área e assim, a produção atingida pelos pescadores locais. Se essa produção não atinge os parâmetros do IBAMA em relação à geração de renda constante e suficiente, o órgão entende que a área é insustentável para a produção e conseqüentemente, para a concessão do seguro do defeso.

Durante a entrevista, contestamos esses parâmetros de produção, considerando que avaliar se a renda atingida pelos pescadores é suficiente para suas famílias, pode ser subjetivo. Os parâmetros de renda entendidos pelo órgão como suficientes para uma família pode não ser equivalente à realidade das famílias de pescadores, ou seja, aos seus modos de vida. Se para o IBAMA essas famílias não conseguem viver com a renda gerada pela pesca em meses normais de produção, os relatos dos pescadores de Lucena nos mostram o contrário. Apesar da queda na produção, os pescadores quando dizem que a pesca não supre a necessidade da família, apontam para a instabilidade, ou seja, para a queda considerável que há nos meses chuvosos. Dizem que no verão a produção consegue suprir, mas que no inverno, onde a produção é menor e as condições do tempo inviáveis para a pesca, a situação financeira é precária. O seguro do defeso iria suprir, portanto, o déficit desse período. Contudo, o técnico levanta outro argumento explicando também que, concedendo o seguro do defeso a uma área específica como Lucena – que possui um raio pequeno de execução da pesca artesanal – o IBAMA causaria um problema maior, que seria a exploração da área por um número maior de pescadores, resultando em grande degradação ambiental.

Inferimos, portanto, pelas afirmações do referido agente, que são dois os motivos para não haver defeso em Lucena: 1- a área não atinge os parâmetros de produção do órgão; 2- não conceder o defeso é também uma medida de proteção ambiental para uma área considerada por eles naturalmente peculiar. Considerando essa medida de proteção, questionamos se a decisão de não conceder o defeso não agrava a degradação, visto que sem defeso, os pescadores pescam o ano inteiro. Deduzimos que sem parar em nenhum período do ano, a pesca da fiação é inevitável. Porém, o agente ambiental argumenta que a pesca da fiação se dá devido ao tamanho da malha da rede e não pelo período em que a pesca é praticada. Esclarece ainda que como os pescadores cadastrados no RGP tem direito a pescar

³ Defeso: Paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes. (Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009).

Seguro do defeso: salário mínimo recebido pelos pescadores das espécies protegidas pelo defeso no período específico do defeso, que geralmente são de cinco meses.

em todo território nacional, ficaria difícil controlar o número de pescadores que buscariam o direito do defeso em Lucena, caso fosse concedido. A última prospecção realizada em Lucena foi entre os anos de 1992 e 1995, onde foi avaliado o diâmetro destinado à pesca do camarão.

O agente encerra o tema do defeso, sugerindo que a solução dos problemas na renda dos pescadores artesanais é a abertura para novas técnicas e formas de pesca, ou seja, uma renovação da pesca. Contudo, com base na nossa pesquisa essa alternativa não significa solução. A pesca artesanal em Lucena é praticada por uma maioria de faixa etária entre os 40 (quarenta) e 60 (sessenta) anos. Esses pescadores e pescadoras não são abertos a novas técnicas, pois carregam a prática artesanal como um saber tradicional, repassado de pai para filho, a pesca para eles tem outro significado, do que este pensado pelos órgãos públicos e seus técnicos. Uma possível renovação seria por meio dos filhos, mas estes, já estão migrando para outras profissões, se afastando do setor pesqueiro por falta de perspectivas, o que torna essa renovação mais difícil.

4. Organização e conflitos políticos

No âmbito governamental a pesca artesanal é gerida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Os dois órgãos se distribuem em superintendências estaduais com sede em cada estado brasileiro.

No âmbito representativo, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional têm por atribuição representar os trabalhadores do setor pesqueiro artesanal a níveis estadual e nacional respectivamente. A Colônia de pescadores é a representação mais próxima dos pescadores (na sua cidade ou região), onde estes geralmente se associam e buscam resolver suas questões trabalhistas, por meio do trabalho de mediação da mesma.

Sendo as colônias equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais na Constituição Federal, cada município deve se limitar a implantação e funcionamento de apenas uma entidade. Contudo, Lucena possui duas colônias de pescadores em funcionamento. A primeira – Z-5, que tem como presidente atual (ano 2012) o senhor Severino Amancio Barbosa, foi fundada em 1924 e leva o nome de Benjamin Constant. No momento da pesquisa⁴, a colônia contava com 625 pessoas associadas⁵; sendo 60% homens e 40% mulheres. No ano de 2000, foi fundada a colônia Z-19 Antonio Felipe dos Santos, tendo como fundador e presidente desde sua criação, o senhor Zélio da Silva Nascimento. Segundo ele, no momento da pesquisa a colônia possuía cerca de 760 cadastrados, sendo 477 residentes do município de Cabedelo. É importante ressaltar que na colônia Z-5, há pescadores e pescadoras associados que também residem no referido município e que em ambas, pode haver residentes de outros municípios.

Segundo a Constituição Federal, só deve haver uma colônia em cada município. Procuramos conhecer o motivo da criação da segunda colônia, considerando que a primeira foi fundada na década de 1920 e a segunda no ano de 2000. Nas primeiras informações sobre essa questão, tivemos conhecimento por meio de um pescador – muito atento às questões políticas locais – que em vários momentos a fundação e o funcionamento da segunda colônia, a Z-19, foi contestada por pescadores e representantes da categoria. Contudo, tanto esse pescador quanto outros entrevistados que também afirmaram a informação, acreditam que influências políticas, ou seja, apoio de políticos da região, foram responsáveis pela manutenção da mesma.

Em entrevista com o fundador e atual presidente da Z-19, Zélio Nascimento – que no momento da pesquisa também era secretário da Federação Estadual da Pesca – questionamos a criação da segunda colônia. Ele nos informou que houve uma luta de seis anos para regulamentar a colônia Z-19 e argumentou que, apesar do artigo 8º da Constituição, acredita que a situação da colônia sempre foi

⁴ Pesquisa realizada em abril de 2012.

⁵ A lista foi disponibilizada pela secretária da própria colônia.

legal, pois se trata de uma entidade sindical e na época, a colônia não tinha regulamentação específica. Tal regulamentação ocorreu no ano de 2010, por meio da Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores.

O presidente nos informou ainda que a fundação de uma segunda colônia no município foi movida por divergências e conflitos entre ele e outros representantes da colônia Z-5. Vale ressaltar que o presidente da colônia Z-19 antes da fundação da mesma, havia atuado na Z-5 como presidente, tendo assumido no ano de 1997. Os conflitos mencionados por ele envolvem créditos financeiros que são fornecidos aos pescadores, tendo geralmente a colônia como mediadora. No entanto, ele afirma que a impossibilidade da Colônia Z-5 em pleitear novo crédito por problemas relacionados ao pagamento e distribuição de créditos anteriores, o motivou a conseguir – por ter “boas relações com as pessoas certas” – um empréstimo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para os pescadores junto a Fundação de Ação Comunitária – FAC. Este, segundo ele, foi o motivo central da divergência.

No tocante a estrutura, a colônia Z-19 se encontra em melhor condição tanto no que diz respeito a sua sede (prédio, materiais e espaço) quanto a apoios materiais. O prédio da colônia funciona onde já funcionou a lavanderia do município; foi doado pela prefeitura na época, na condição de servir somente para a entidade, segundo o presidente. A sede já passou por algumas reformas e atualmente apresenta boa infraestrutura, inclusive espaços para ministração de cursos. Os cursos são oferecidos por diferentes instituições, órgãos ou empresas que fazem parcerias com a colônia. Atualmente, também recebe cestas básicas periodicamente, doadas pela CONAB e distribuídas pelo MPA, que são repassadas as famílias de pescadores de maneira rotativa (no momento da pesquisa a sede guardava os alimentos para serem separados e distribuídos).

Importante registrar que no momento da pesquisa a colônia também estava com um estoque de 11 (onze) computadores mais as respectivas mesas, que foram doados pelo Ministério das Comunicações. Segundo informações do presidente, as máquinas seriam destinadas à cursos gratuitos oferecidos aos filhos de pescadores. Porém, os equipamentos ainda não haviam sido instalados porque os técnicos responsáveis por isso ainda não haviam comparecido. Além destes apoios, a colônia conta com um incentivo financeiro da prefeitura, que repassa durante 10 (dez) meses do ano o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), que segundo o presidente, serve para gratificar a pessoa que trabalha na colônia como secretário e para a manutenção de alguns materiais de escritório e limpeza. Essa ajuda da prefeitura é dada desde o primeiro mandato do prefeito Antonio Mendonça Monteiro Júnior, que está no final do segundo.

A realidade entre a colônia Z-19 e a colônia Z-5 é gritante no que tange à estrutura física e aos incentivos materiais e financeiros. Em entrevista o presidente da Z-5, Severino Amancio Barbosa afirma que a colônia não conta com nenhuma ajuda da prefeitura, a não ser um apoio na festa junina de São Pedro todos os anos. A sede da colônia funciona em um prédio de estrutura simples e que inclusive, apresenta alguns problemas estruturais por falta de manutenção. Também não foi encontrado no momento da pesquisa nenhum repasse de cestas básicas ou materiais. Em entrevista o prefeito de Lucena Antonio Mendonça, afirmou que a prefeitura repassa a mesma ajuda de R\$ 600,00 (seiscentos reais) às duas colônias. Portanto, ressaltamos que há um equívoco nas informações acerca disso e que não temos como comprovar qual informação procede no momento da pesquisa.

A relação dos pescadores com as duas colônias variam. Muitos se acham satisfeitos com os serviços que as colônias prestam aos associados. Porém, também encontramos muitos pescadores insatisfeitos com a administração da colônia. Constatamos casos de denúncias explícitas acerca dos problemas que envolvem o seguro do defeso da lagosta – único seguro concedido em Lucena para apenas 25 pescadores. Durante a pesquisa, por meio das entrevistas e conversas informais, pudemos observar que o cargo de presidente da colônia de pescadores é envolto de conflitos. São poucos, e na maioria das vezes são raros, os pescadores que se disponibilizam a assumir a presidência da entidade. Um dos motivos mais fortes é por não se identificarem com as questões políticas e burocráticas, preferindo continuar exercendo sua atividade simplesmente. Outro motivo é por não se sentirem

capazes de administrar tal burocracia. O resultado disso é que em muitos casos, os presidentes das colônias são eleitos pelo simples fato de terem disponibilidade para o cargo, sem que se faça uma avaliação criteriosa se realmente representam a categoria. Alguns se utilizam do cargo para questões políticas pessoais, por terem intenções no âmbito da política local.

5. Considerações acerca da pesquisa

O objetivo inicial da pesquisa da qual foi extraído esse artigo, era identificar a dimensão cultural da pesca artesanal que continua viva em Lucena e refletir sobre a sua função econômica; as tensões com outras formas de reprodução e ocupação desenvolvidas pelas famílias pescadoras; a resistência das famílias pescadoras diante do processo de urbanização e turistificação do espaço da pesca. Essa linha de pensamento partia de dois pressupostos. Primeiro, que a atividade praticada de forma artesanal e por meio de uma relação intensa com o meio natural, representa uma forma de resistência ao modo de produção capitalista. Segundo, que a atividade, carregada de simbologia e costumes, é repassada à geração seguinte – dos pescadores aos seus filhos – através da oralidade e da prática. Essa perspectiva sobre a pesca artesanal não foi mudada, porém fomos levados a considerar outros fatores presentes na realidade da pesca e dos pescadores, que ampliaram o foco da pesquisa.

A identificação de uma realidade complexa, envolvendo questões naturais, socioeconômicas e políticas, se deu a partir da aproximação com o objeto e a área de estudo. Após decidir pesquisar este universo, optei viver por um tempo em Lucena. Ao nos depararmos com coisas reais e um tanto complexas, a simbologia tornou-se um apetrecho em nossa pesquisa, que serviu em alguns momentos de suporte para a abstração de realidades em sua maioria tão cruas.

No outro extremo do encantamento por esse universo, está o estranhamento causado pelos resultados da investigação. Em principio nos causou impacto saber dos conflitos existentes entre as representações sindicais e entre elas e os pescadores. Tudo nos parecia funcionar como deveria, até que percebemos que como em várias representações, havia um jogo de interesses políticos e pessoais. O impacto causado em nossa ótica, não era por existirem, mas por existirem ali, na representação de uma categoria de trabalho tão simples e que já estava se apresentando para nós como uma jornada de vida bem difícil para quem estava nela desde cedo e dependia exclusivamente dela para sobreviver.

Ao investigar a vida dos pescadores e pescadoras artesanais do município de Lucena, descobrimos suas origens, suas histórias e suas situações de vida atuais. Algumas questões pedem um pouco mais de tempo para refletir, analisar, comparar, para que pudéssemos quem sabe, ter a sensação de que entendemos este universo como um todo. Embora não dispusemos desse tempo a mais agora, nosso trabalho em campo nos trouxe algumas conclusões centrais acerca desses pescadores e pescadoras e suas realidades.

A primeira conclusão que temos a apresentar é que em sua maioria, os pescadores e pescadoras artesanais de Lucena são filhos do processo de ocupação e exploração do território paraibano e nordestino. Suas histórias estão pautadas no movimento entre a transformação da terra de um valor de uso em um valor de troca na economia canavieira, até o momento de total controle territorial deste setor no tempo do agronegócio. Muitos dos pescadores mais antigos são filhos de agricultores que, ao encontrarem dificuldades em viver da terra, migraram de sua cidade ou estado. Alguns migraram da atividade da agricultura para a atividade da pesca artesanal. A pesca artesanal, se não era a atividade central de sobrevivência, passa a ser o principal meio de vida, visto que a área litorânea ainda era terra sem donos. São, portanto, pessoas de vida simples, que aprenderam a sobreviver com pouco, de atividades ligadas ao meio natural. E assim, aprenderam a conhecer esse meio e respeitá-lo.

A segunda conclusão é que diante da lógica econômica atual e do papel do Estado dentro dela, a pesca artesanal está perdida em alto mar. Um mar de grandes tubarões. É certo que existem políticas setoriais, estratégias de organização, programas e um mundo de caminhos e possibilidades apresentado pelo Governo Federal para a pesca artesanal. Também existem iniciativas advindas de instituições e da

sociedade civil organizada. Contudo, em nossa ótica, o foco primeiro e final, ou seja, os sujeitos mais importantes da pesca artesanal que são os próprios pescadores e as pescadoras, não são alcançados com os resultados de tanta organização e interesse da atividade por parte do Governo Federal. O que vemos, portanto, e que não é de se estranhar, é que a preocupação existente com a pesca artesanal por parte do Estado não é com os sujeitos, mas com a organização de uma atividade que produz alguma renda para o país. Isso é perceptível quando percebemos a lógica do seguro do defeso e/ou a intenção de implementação da aquicultura em comunidades de pesca artesanal. Ela segue parâmetros que são alheios às realidades de cada localidade, que generalizam especificidades e não atendem as necessidades reais.

A terceira conclusão é que, se valendo dessa realidade, vários sujeitos, seja do poder público nacional ou local, se utilizam das carências primárias desses pescadores e pescadoras para pleitear conquistas de interesses próprios. Os pescadores e pescadoras, dessa forma, se tornam meros eleitores ou subsídios para ganhos materiais e sociais de outros indivíduos. Além disso, há também os indivíduos que assim como estes citados, por fazerem parte da comunidade e do universo da pesca artesanal e por enxergarem a oportunidade, tomam a representação desses trabalhadores. O objetivo de estar a frente dessa representação deixa de ser a melhoria da atividade e dos trabalhadores, passando a ser exclusivamente a conquista de objetivos pessoais, sejam eles políticos ou econômicos. Os pescadores não tendo outra opção, por serem em sua maioria pessoas simples, sem muita ou nenhuma formação escolar, se sujeitam às mais absurdas imposições, sendo lesados e persuadidos a aceitarem calados essa forma de representação.

A quarta conclusão, que é mais uma suposição, infere que diante dessas realidades, a continuação desse cenário não levará a pesca artesanal e os pescadores a lugares e situações melhores. Cenário este, mantido pelo Estado, pelas representações dos próprios trabalhadores, pelos próprios pescadores e pescadoras, pelas instituições e pela sociedade civil, de forma direta ou indireta. Este cenário tal qual está, é a manutenção de um modo de vida precário, subordinado a regras e a uma organização distante e alheia a realidade socioeconômica vivida por essas comunidades de pesca artesanal.

Bibliografia

- BRASIL (2009). Lei n. 11.959, de 26 de junho 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília.
- CARDOSO (2001), Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: Natureza, território, movimentos social**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- FERNANDES, L. J.; SASSI, ROBERTO.; LIMA, EDUARDO RODRIGUES VIANA DE. (2011). **Gestão costeira e desenvolvimento urbano do município de Lucena (PB-Brasil): Uma proposta de planejamento ambiental usando o Processo Analítico Hierárquico**. Revista da Gestão Costeira Integrada.
- IBGE (2011), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2012), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades. Lucena – PB**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250860>>. Acesso em fevereiro. 2012.
- MARX, Karl (1844). **Manuscritos econômico-filosóficos**. Ed. 2004. São Paulo: Boitempo.
- MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>>. Acesso em setembro, 2011>.
- MPA (2010), Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**. Brasília, 2012. Acesso em Disponível em <

http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA%202010.pdf >. Acesso em junho, 2012.

SEAP (2003) – SECRETARIA ESPECIAL DE PESCA. **PROJETO POLÍTICO ESTRUTURAL**.
BRASÍLIA, JULHO DE.